

ABSSMS - PÁGINA 2

Governo impõe reajuste de 3,04%, não dialoga e frustra servidores estaduais de MS

REVISÃO GERAL DOS SALÁRIOS - PÁGINA 6

ACP apoia luta dos administrativos da educação por valorização salarial



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Assembleia Geral Ordinária aprova contas da Cassems

Messias Ferreira



A prestação de contas da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), referente ao exercício 2017, foi aprovada, por maioria absoluta, na “XVII Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Prestação de Contas, realizada no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, na sexta-feira (6). **Páginas 4 e 5**

FALTA DE DIÁLOGO - PÁGINA 3

Servidores estaduais ficam com reajuste insignificante e Fórum critica politicagem

SINPOL - PÁGINA 7

Sancionada Lei da Promoção Funcional e autorizado o concurso para área pericial

SINTSS - PÁGINA 8

Aprovado o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos servidores da Saúde estadual

ATUAÇÃO DO SINDIJUS - PÁGINA 7

Lei de reajuste dos servidores do Judiciário é sancionada



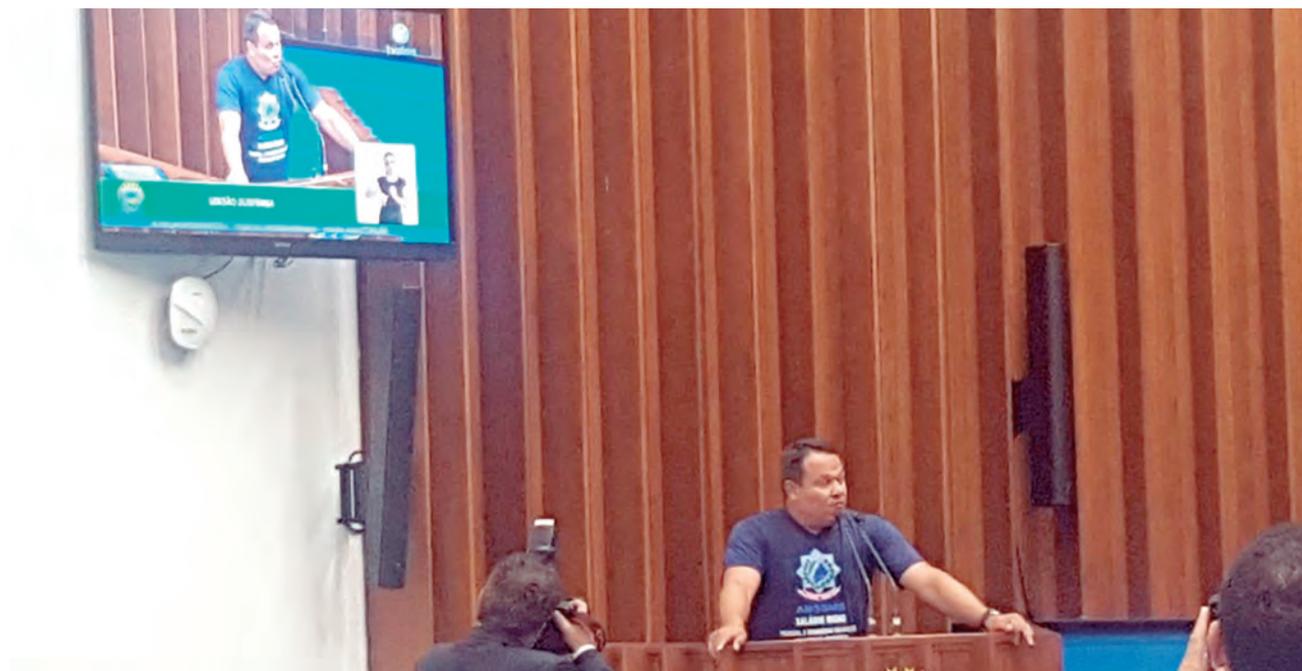
Governo impõe reajuste de 3,04%, não dialoga e frustra servidores estaduais

II Na última quinta-feira (5), foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul o Projeto de Lei 48/2018, de autoria do Poder Executivo Estadual, que estabelece reajuste do índice geral anual dos servidores estaduais em 3,04%. O Projeto causou polêmica e descontentamento entre os servidores estaduais não só pelo percentual de reajuste, mas também pela maneira como a negociação salarial foi conduzida pelo Governo.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Os servidores representados por associações e sindicatos e pelo Fórum dos Servidores Estaduais tentaram, por diversas vezes, se reunir com governador Reinaldo Azambuja (PSDB) para discutir a questão salarial, mas sem sucesso. No dia 5 de março deste ano, o Fórum dos Servidores encaminhou ofício ao Governador solicitando audiência para tratar do assunto com prazo de resposta de 48 horas, porém não houve devolutiva do Governo, que resolveu conversar com servidores apenas no dia 26 de março quando apresentou proposta de 3,04%.

A proposta não agra-



Os servidores tentaram, por diversas vezes, se reunir com governador Reinaldo Azambuja para discutir a questão salarial

dou os servidores, que acumularam, nos últimos quatro anos, 23% de perdas salariais. Por isso, ficou decidido pelos líderes sindicais que participaram da reunião que seriam convocadas assembleias gerais com suas respectivas categorias para tratar do tema. Entretanto, não houve tempo hábil para que a discussão acontecesse, pois o Governo, de forma arbitrária, enviou, no dia 28 de março, à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Projeto de Lei 48/2018 mantendo proposta de 3,04%.

Os servidores indignados com falta de diálogo iniciaram uma série de protestos e na última terça-feira (3) lotaram o Plenário da Assembleia Legislativa para pro-

testar contra reajuste e contra postura do Governo marcada pela falta de diálogo e falta de respeito ao servidor. Para o presidente da ABSSMS, Tenente Thiago Monaco Marques, o sentimento em relação ao atual governo é de total frustração.

“Tristeza e frustração, em 2017 o pífio aumento foi de 2,94%, agora este ano o Governo vai aumentar em 3% a contribuição previdenciária dos servidores e nos dá reajuste de 3,04%. A tão decantada ‘social-democracia’ virou ‘democracia’ em defesa do interesse do Governo.”

Nem mesmo a proposta do Governo de incorporação do abono de R\$ 200 a partir de março de

2019, enviada à ALMS, na última quinta-feira (5), pelo Executivo Estadual conseguiu alterar o sentimento de frustração e indignação dos servidores estaduais. Embora emenda tenha sido aprovada pelos legisladores estaduais, não há nenhuma garantia constitucional quanto à aplicação da lei e a efetiva incorporação do abono no salário.

Para o presidente da ABSSMS, Tenente Monaco, o projeto de lei do abono, de autoria do Executivo, denota a postura do atual Governo, que não valoriza o servidor público. “O Governo está subestimando nossa inteligência ao apresentar esse projeto, pois de acordo com o §2º do Art. 158

da Emenda Constitucional n. 67 de 2015, de autoria do deputado Beto Pereira, que é líder da bancada governista, o Executivo Estadual fica proibido de conceder “(...) qualquer vantagem ou aumento de remuneração mesmo que aprovadas e previstas em orçamento (...) quando impacto financeiro de sua aplicação ocorrer em mandato anterior ao qual fora instituído (...). Este é um ano eleitoral, ou seja, 2019 se inicia novo governo, então este abono não poderá ser pago, o que deixa claro a tentativa de engodo do atual Governo para com os servidores estaduais.”

Embora o projeto tenha sido aprovado, o sentimento dos servidores

estaduais é de decepção, de desvalorização tendo em vista que Governo atual não dialogou e impôs reajuste salarial muito inferior aos 23% de perdas acumuladas em quatro anos. Para o presidente da ABSSMS, faltou ao Governo, nos últimos quatro anos, boa vontade e respeito para com servidores estaduais.

“Não houve boa vontade do Governo, se houvesse, o abono já teria sido incorporado este ano e não em 2019. Há também outra questão, o Governo sabe, há pelo menos dois anos, que ultrapassou limite prudencial e deveria reduzir gastos com folha de pagamento, mas ao invés de cortar comissionados está prejudicando os efetivos. Esta proposta por si só gera uma insegurança jurídica para o servidor e não repõe as perdas de 23% que tivemos nos últimos quatro anos. O sentimento hoje é de frustração e indignação. O projeto foi apresentado de forma arbitrária, não houve o devido debate, o servidor não teve opção sequer de fazer assembleia, que é um instrumento legal, de direito. Este ano, encerramos um ciclo de quatro anos nos sentindo totalmente desvalorizados por este Governo.”

Servidor fica com reajuste 'insignificante' e destaca falta de diálogo e medida eleitoreira

Os servidores públicos estaduais vão amargar um reajuste insignificante em 2018. Isso porque após aprovar o índice de 3,04% e aumentar a alíquota de contribuição da Previdência de 11% para 14%, o governo deixa para os funcionários 0,04% de aumento na prática.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Além disso, o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais e a Fetems (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) destacaram a falta de diálogo e a medida eleitoreira de incorporação do abono a partir de abril de 2019.

Aprovada na quinta-feira (05) contra a vontade do Fórum e da Fetems. A emenda que incorpora o abono ao salário dos servidores e que acabou virando lei é uma 'manobra eleitoreira' do governo. Para Thiago Mônaco, um dos coordenadores do Fórum, a emenda é ineficaz.

"Não há garantia de que vá ser feito, porque o governo diz que é preciso estar dentro do limite prudencial para que seja feito. Ou seja, o próximo governador pode falar que não tem e o servidor



Os servidores públicos estaduais vão amargar um reajuste insignificante em 2018. Fotos: Victor Chileno

sai prejudicado". Outro embate foi a falta de diálogo com o governo, que queria que a bancada parlamentar redigisse o texto da emenda. "É absurdo, porque o legislador não pode tratar de aumento de despesa. Da mesma forma que não pode deixar despesa de um exercício para o outro, ou seja, para o ano que vem. O governo agiu de má fé e deixou várias pegadinhas", disse.

Segundo o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, não há garantias reais que o abono será incorporado definitivamente pelo próximo governo. "Se for necessário, o Fórum vai judicializar o tema para que os servidores não sejam ainda mais prejudicados e seus salários sejam mais defasados", afirmou. O reajuste salarial de 3,04% deve ser recebido no salário de maio de 2018, referente a folha de abril.

Abono

Na quinta-feira, os três projetos encaminhados pelo Governo do Estado praticamente no fim da sessão da Assembleia Legislativa foram aprovados pelos deputados durante duas sessões extras. Entre os projetos há alteração no PCC (Plano de Cargos e Carreira) dos servidores da saúde e do Detran-MS (Departamento Estadual de Trânsito) e também a incorporação do abono salarial do funcionalismo a partir de março de 2019.

Depois de discussões que levaram praticamente toda a manhã, a aprovação dos três projetos enviados de última hora pelo Executivo ocorreu mediante votação simbólica, sem manifestação dos parlamentares.

Com isso, as carreiras dos servidores da saúde serão reorganizadas e haverá adicional de função

para algumas áreas. Para os servidores do Detran, o projeto prevê alteração de categorias.

O mais polêmico dos projetos, o que trata sobre a incorporação do abono pago aos servidores na gestão Reinaldo Azambuja (PSDB) nos salários, também foi aprovado pelos deputados. A incorporação dos R\$ 200 no salário de cada servidor foi tema de discussão na sessão desta quarta-feira (4), quando os parlamentares aprovaram o projeto que prevê reajuste salarial de 3,04% ao funcionalismo.

O valor só será incluído definitivamente nos rendimentos dos servidores se o Governo estiver com os gastos com o funcionalismo dentro dos limites prudenciais previstos pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

'Reajuste'

Foi aprovado por 19 votos favoráveis e nenhum contrário, o projeto de lei de autoria do Poder Executivo que reajusta o salário dos cerca de 75 mil servidores estaduais em 3,04%. A votação na Assembleia Legislativa terminou por volta das 12h30 da sexta-feira (4), não houve emendas à proposta.

Os deputados chegaram a suspender a sessão para discutir a formulação de uma emenda que deixaria a incorporação do abono de R\$ 200 para a data-base de 2019, caso a medida não resultasse na geração de receitas que levasse o governo estadual a ultrapassar o limite prudencial com gasto de pessoal determinado pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parlamentares que se mostraram contrários ao

projeto, como a bancada petista, votaram a favor do projeto alegando que a não aprovação da matéria sem nenhuma outra proposta do governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) deixaria os servidores sem reajuste nos vencimentos.

O líder da bancada tucana, Beto Pereira, questionou qual a perda que o servidor teria com aprovação dos 3,04%. "Cada deputado está pensando em si porque é ano eleitoral, mas o governo tem que ter responsabilidade com as contas públicas", frisou o tucano.

Pedro Kemp (PT) rebateu o colega e perguntou qual o ganho com o projeto. "Querem fazer discurso dizendo que concederam incorporação, mas vai ser uma mentira", a emenda sequer foi apresentada.



Assembleia Geral Ordinária aprova contas da Cassems

II A prestação de contas da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), referente ao exercício 2017, foi aprovada, por maioria absoluta, na "XVII Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Prestação de Contas, realizada no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, na sexta-feira (06).

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O evento é realizado anualmente e aberto a todos os servidores estaduais que são beneficiários da Caixa dos Servidores. Neste ano, aproximadamente 700 beneficiários titulares de 60 municípios participaram da AGO e aprovaram a prestação de contas.

Durante a Assembleia, foram apresentados o Relatório das Atividades realizadas pela Cassems, no exercício de 2017, a prestação do Conselho de Administração e a apresentação dos pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, também referentes ao exercício 2017.

Desde 2013, a Caixa dos



Neste ano, aproximadamente 700 beneficiários titulares de 60 municípios participaram da AGO e aprovaram a prestação de contas - Fotos: Messias Ferreira

Servidores tem feito alguns ajustes que a levaram a figurar como um dos principais planos de saúde de autogestão do País. Dentre as conquistas que levaram a Caixa dos Servidores a alcançar tal posição estão o aumento de receita, de investimentos, do ativo e do patrimônio líquido e a redução da sinistralidade.

O parecer da Auditoria Independente apontou que a Cassems apresentou um superávit líquido no valor de 5 milhões. A contadora responsável pelo balanço contábil

da prestação de contas, Vanda Lúcia Weiller, destaca o trabalho da diretoria e dos Conselhos para a solidez da Caixa dos Servidores.

“Verificamos os esforços em manter a Cassems forte, saudável, sustentada nas raízes firmes dos últimos 17 anos de administração cuidadosa e participativa, sempre aprimorada pela presidência, seus conselhos, seus gestores executivos e pela imensa vontade de fazer o melhor pelos servidores, pelo nosso Estado. Esses valores são resultado do aperfei-

çoamento contínuo, do empenho e respeito aos direitos dos beneficiários”, analisa.

Ao apresentar seu parecer, o presidente do Conselho Fiscal da Cassems, Lucílio Souza Nobre, afirma que “as referidas demonstrações contábeis expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Caixa dos Servidores e os conselheiros opinam favoravelmente quanto a aprovação dos documentos apresentados durante a Assembleia Geral Ordinária”.

O vice-presidente da Cassems acredita que a Assembleia Geral Ordinária é momento mais importante para a Caixa dos Servidores e seus beneficiários.

“A AGO é o ato mais importante da Cassems, é nesse momento que os beneficiários analisam o que foi feito e avaliam o que deve ser feito no futuro. A Caixa dos Servidores é um plano de autogestão e tudo que é decidido deve ter a participação de todos os beneficiários”, afirma.

Para o presidente da

Cassems, Ricardo Ayaiche, a Assembleia Geral Ordinária reafirma o papel dos beneficiários no sucesso da Caixa dos Servidores.

“A participação do beneficiário é fundamental para a construção da Caixa dos Servidores. Foi assim até aqui e deve continuar dessa forma para que a gente possa superar os desafios existentes na saúde, mas, sobretudo, garantir que a Cassems continue crescendo, se desenvolvendo e oferecendo a melhor assistência à saúde para os nossos servidores”.

Cassemms: 17 Anos de Gestão Participativa

A união e a persistência, aliadas à ousadia e a irreverência, fizeram com que os servidores públicos realizassem o sonho de poder cuidar da própria saúde. Mas foram sentimentos como dedicação, transparência e coletividade que transformaram esse sonho em uma das 100 maiores e melhores empresas do Centro-Oeste. Prova disso é a participação em massa dos beneficiários

do interior do Estado nas Assembleias realizadas.

O beneficiário José Jacques Viero veio de Jardim para acompanhar a AGO porque, para ele, “a Cassemms é ótima para nós do interior e a gente tem que participar. Eu participei de todas e sempre somos muito bem recebidos e acho tudo muito organizado”.

Vinda de Naviraí, Márcia

Amador destaca que a participação do beneficiário na AGO demonstra o interesse pelas decisões e o agradecimento pelo atendimento recebido.

“Eu participo da Assembleia pela transparência que as decisões na Cassemms são tomadas. Também pela forma que somos atendidos pelo nosso plano de saúde. A gente vem até Campo Grande mostrar o nosso

contentamento com o atendimento e acompanhar as políticas, porque, assim, a gente pode fiscalizar e acompanhar as decisões. É o momento oportuno para que o beneficiário acompanhe todos os processos”, afirma.

João Reis Garcia é de Três Lagoas e, segundo ele, nesse modelo de gestão participativa da Cassemms, a opinião do beneficiário

é muito importante. “É interessante a participação do beneficiário na AGO porque é a oportunidade que ele tem para expor suas opiniões. Dessa forma, ele consegue fiscalizar a utilização dos recursos”, pontua.

Moradora de Rio Verde, Lenir Antônia entende que todos os beneficiários da Caixa dos Servidores deveriam participar da AGO, principalmente

os do interior. “Para nós de Rio Verde é muito importante vir até Campo Grande e sempre convidamos os beneficiários para participar da AGO. Eles precisam vir para conhecer a Cassemms de perto porque ela é muito importante para o nosso município. É nesse momento que a gente fica sabendo das ações e tudo o que acontece no nosso plano de saúde”, explica.



Sob a presidência de Ricardo Ayache desde 2011, a Cassemms tem se destacado e sido exemplo de excelência para o Brasil em atendimento aos associados

ACP apoia luta dos administrativos da educação por valorização salarial

II A ACP se solidariza e está na luta com os trabalhadores administrativos da educação em busca de valorização salarial. O sindicato participou, no dia 03 de abril, da Audiência Pública “Por uma Carreira que Valorize os/ as Administrativos da Escola Pública”, promovida pela Fetems e deputado estadual Amarildo Cruz, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.



A categoria possui um dos piores pisos entre os servidores estaduais e o Governo não está cumprindo com a proposta de incorporação de abono

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O Dia de Paralisação foi um protesto contra a revisão geral dos salários dos servidores públicos, de 3,04%, anunciada pelo Governo do Estado. Os administrativos da educação sofrem, há anos, com a falta de valorização e reajuste salarial dignos e, hoje, possuem um dos piores pisos salariais entre os servidores estaduais de

Mato Grosso do Sul.

“Nós somos totalmente solidários à luta dos administrativos da educação. pois somos todos educadores, e eles desempenham papel indispensável para realização da educação pública de qualidade. É fundamental que o Governo do Estado se sensibilize com a causa dos administrativos e realize a verdadeira valorização desses profissionais”,

afirma o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

“Não aceitamos apenas a prorrogação do abono, nós queremos que esse abono se transforme em Piso para os trabalhadores Administrativos em Educação. o Governo do Estado tem de cumprir o compromisso que fez com a categoria e apresentar uma proposta em relação à incorporação do abono e a Reestru-

turação da Carreira”, enfatiza o Presidente da FETEMS, Jaime Teixeira.

Na sexta-feira (06), em Assembleia Geral Extraordinária na Fetems, os administrativos da educação estadual decidiram por greve geral nas escolas estaduais, a partir de terça-feira (10/04). A ACP segue apoiando o movimento paretista dos trabalhadores administrativos da educação estadual.

ACP e Prefeitura seguem as tratativas para a integralização do Piso 20h

ACP e Prefeitura seguem as tratativas para integralização do Piso 20h. A primeira reunião para discussão da política salarial da REME 2018 aconteceu no dia 06 de março. Representando o comitê gestor do Poder Executivo esteve o secretário de Finanças, Pedro Pedrossian Neto; a secretária de gestão, Maria das Graças Macedo, e a secretária de Educação, Elza Fernandes. A comissão da ACP contou com o presidente, Lucílio Nobre; a vice-presidente, Zélia Aguiar; o tesoureiro, Waldemar Gomes e a representante da base, Angelina de Souza.

Neste primeiro encontro, o secretário Pedro Pedrossian Neto sinalizou avançar na proposta da categoria ao afirmar que a Prefeitura vai cumprir com o Piso 20h. “É uma sinalização importante. Agora temos que avançar nas discussões para uma proposta real”, avalia o presidente da ACP, Lucílio Nobre.

Uma nova reunião



aconteceu no dia 26 de março, quando Pedrossian Neto demonstrou o balanço financeiro superavitário da Prefeitura, mas sem apresentar proposta para cumprimento da Lei Municipal 5.411/2014, que estabelece o compromisso em aplicar o Piso Salarial para uma jornada de 20h. Na ocasião, a ACP cobrou uma posição quanto à integralização. E então, foi agendada uma nova reunião para o dia 11 de abril, com a presença do prefeito Marquinhos Trad.

Com o processo de negociação salarial em aberto, a ACP chama a atenção da categoria para estar atenta às convocações do sindicato. “Estamos dialogando, buscando alternativas para avançar, e precisamos que a categoria esteja de prontidão, pois a qualquer momento convocaremos, conforme a necessidade, uma Assembleia Geral para tratar sobre Piso 20h e Gestão Democrática”, alerta Nobre.

Eleições PARA Diretores Reme

JÁ

Gestão Democrática

- AGORA É A REME -



ACP
Associação dos Professores de Ensino Médio e Fundamental de Mato Grosso do Sul
DESDE 1992



FETEMS
Federação dos Educadores de Mato Grosso do Sul

Nossa luta não para!

Com atuação do SINDIJUS-MS, lei de reajuste dos servidores do Judiciário é sancionada pelo governador

II A direção-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) comunica a publicação da Lei Nº 5.171, de 5 de abril de 2018, que visa o reajuste salarial de 7,54% aos servidores do Judiciário de Mato Grosso do Sul (TJMS), em Diário Oficial do Estado, após sancionada pelo governador Reinaldo Azambuja e publicada nesta sexta-feira (6). Agora, a diretoria do SINDIJUS-MS está buscando informações acerca da possível data do pagamento do reajuste relativo ao mês de março.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O reajuste é a continuidade da negociação salarial do ano passado, quando os servidores ficaram sem atualização do índice inflacionário em 2016 (reajuste zero), questão que estava sendo questionada por meio de mandado de segurança, visto que existe norma específica regulamentando o reajuste geral anual dos servidores do Judiciário (Art. 37-A, Lei Est. nº 3.687/2009). Conforme o projeto de lei, constata-se que, até então, não estavam considerados na remuneração dos servidores do Judiciário o percentual inflacionário de 7,54%



A celeridade se dá em virtude da atuação da diretoria do SINDIJUS-MS

referente à variação do INPC (Índice Nacional de Preços do Consumidor) do ano de 2016 e nem o percentual de 2,07% referente à variação do ano de 2017.

Dessa forma, por meio da negociação salarial da diretoria do SINDIJUS-MS juntamente aos servidores perante a presidência do Tribunal de Justiça foi proposto o índice de 7,54%, com data base no mês de março, sendo aprovada a proposta por maioria das delegacias sindicais do Estado, culminando na desistência do mandado de segurança que pleiteava tal reajuste.

“Após conclusão dessa etapa de reajuste salarial, prosseguiremos atuando em busca de melhorias aos aposentados e outros pedidos específicos”, ressaltou o presidente Leonardo Lacerda.

Trâmite

Em duas semanas, o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Judiciário — que deu entrada na Assembleia Legislativa, no dia 20 de março —, foi sancionado pelo governador na última quinta-feira, 5 de abril. A celeridade se dá em virtude da atuação da diretoria do SINDIJUS-MS que acompanhou e articulou todo o trâmite até a publicação da lei.

Durante duas semanas, o presidente Leonardo Lacerda, vice Fabiano Reis, tesoureiro Edison Lange Junior, diretora de Apoio aos Inativos Sissi Calarge e o diretor Jurídico Flávio Lopes estiveram nas sessões da Assembleia Legislativa (ALMS) para acompanhar as votações do Projeto de Lei. Também foi articulado com o líder do governo na Casa de Leis, deputado

Rinaldo Modesto, para que agilizasse a sanção do projeto.

No dia 27 de março, a proposta passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em seguida, após solicitação da direção do SINDIJUS-MS, o projeto foi colocado em pauta para aprovação em plenário, sendo aprovado em primeira votação no dia 28 de março (quarta-feira) e em segunda votação na sessão seguinte, dia 3 de abril (terça-feira). O projeto tramitou em regime de urgência para que os servidores possam receber o quanto antes o pagamento atualizado e o retroativo ao mês de março do reajuste salarial. A lei publicada também prevê a aplicação do reajuste aos aposentados e pensionistas com paridade.

Sancionada Lei da Promoção Funcional e autorizado o concurso para área pericial

Após muita luta e mobilizações da categoria, foi sancionada na sexta-feira (06), a Lei que altera a Promoção Funcional dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul. A partir de 2019, para ser promovido será necessário ter cinco anos na classe, cumprir critérios objetivos e ser aprovado nos cursos oferecidos pela Acadepol. De acordo com o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, a principal mudança é que não há mais limites de vagas. “Tivemos muitos colegas que passavam até mais de 10 anos na mesma classe, mesmo estando apto para a promoção. Agora teremos uma perspectiva de carreira e a valorização da dedicação dos agentes de polícia”, declarou.

Concurso para perícia
No mesmo dia, o governador do Estado autorizou a realização de concurso público na Polícia Civil para as funções de Agente de Polícia Científica (50 vagas), Perito Papiloscopista (40 vagas), Perito Criminal (40 vagas) e Perito Médico Legista (40 vagas). A medida atende o pleito do Sinpol-MS que busca o provimento do quadro, especialmente nas cidades do interior. “A quantidade de vagas ainda não é a ideal, mas esperamos que ao menos dê um fôlego aos colegas que sofrem com as escalas de serviço exaustivas”, afirmou. O sindicato estima que há um déficit de 75% nos efetivos das funções de Agente de Polícia Científica, Perito Papiloscopista, Perito Criminal e Perito Médico Legista.



Sindicato estima que há um déficit de 75% nos efetivos das funções

Após muita luta, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos servidores da saúde estadual é aprovado na AL

II Na quinta-feira (5), foi aprovado pela Assembleia Legislativa o PL 62/2018, referente à reorganização das carreiras de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e Gestão de Serviços Hospitalares do Grupo Saúde Pública, integrada por cargos efetivos do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo e à reestruturação do quadro de pessoal da Secretaria de Estado Saúde e da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Esta votação, realizada em regime de urgência pela AL-MS, foi resultado de um compromisso do governo estadual, após muita luta da categoria que quase culminou com a greve na saúde estadual.

O indicativo de greve estava marcado para ser votado no dia 3 de abril. Se aprovado, daria início imediato ao movimento grevista.

Na oportunidade, a Assembleia Geral Estadual, órgão máximo de deliberação do SintssMS, acatou pedido do governo do Estado de suspensão da greve, assim o poder executivo se comprometeu em encaminhar o Plano de Cargos, Carreira e Salários em tempo hábil para votação na AL-MS.

Prazo

A data de 5 abril era crucial, pois conforme a legislação vigente, as votações de projetos de lei sobre benefícios e reajustes aos servidores só podem ser votados até o limite de 180 dias, antes das eleições gerais do País.

“Esta foi uma vitória dos trabalhadores, agora a gente torce para que a administração faça alguns ajustes em suas contas, para que a gente possa efetivar este sonho que nós temos, o PCCS”, a opinião é de Ricardo Bueno, Presidente do SintssMS.

Para o plano vir a ser efetivado, é preciso que as finanças do Estado se adequem à Lei de Responsabilidade Fiscal, saindo do limite prudencial ainda neste ano.



Mobilização

Os trabalhadores e trabalhadoras da saúde estadual lotaram o Plenário Júlio Maia da AL-MS, pressionando para que a votação ocorresse no dia 5, foram mais de 150 servidores da categoria mobilizados.

O PL 62/2018 foi apresentado apenas no final da manhã, quando se encaminhava para o final da sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Foi necessária a convocação de uma sessão extraordinária na AL-MS, e um acordo de lideranças, para que a votação do projeto de lei fosse realizada ainda na quinta-feira.

Neste sentido, a direção do SintssMS não tinha condições de analisar minuciosamente o documento de aproximadamente 66 páginas.

Convocação

A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de MS confirma a realização de nova Assembleia Geral Estadual da categoria, a ser realizada nesta segunda-feira, em frente ao Pátio do Hospital Regional de Campo Grande, para debater junto à categoria sobre o PL 62/2018 do PCCS, aprovado pela AL-MS.

O projeto agora segue para sanção do governador, após a publicação do PCCS no diário oficial do estado, a direção do

sindicato vai acessar o documento completo para apresentar à categoria, uma análise mais detalhada do tema.

Sindetran-MS fecha convênio para oferecer descontos a sindicalizados

II O Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) fechou um convênio com a MasterClin que vai proporcionar descontos em diversas empresas de todo o Brasil para os servidores sindicalizados.

Os descontos são de 50% na área educacional, 40% em exames laboratoriais e clínicas médicas e odontológicas, 15% de desconto



em serviços como restaurantes, barbearias, cinemas, em lojas físicas e online. “Essa parceria foi

executada com o pensamento no servidor, para que ele tenha ainda mais vantagens ao ser sin-

dicalizado”, explica do presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Os servidores sindicalizados devem atualizar seus dados, e os servidores que tiverem interesse em se sindicalizar devem acessar site (www.sindetran.org.br). Os cartões que dão direito aos benefícios serão distribuídos em breve.